

# Resumo de notícias econômicas

23 de julho de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 138

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 23 DE JULHO DE 2021**

## **Presidente da Câmara pressiona relator do IR a evitar prejuízo para prefeituras**

### **O Estado de S. Paulo**

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, cobrou do relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino, uma saída para contornar a insatisfação de prefeitos à proposta. O objetivo é que o texto seja votado em agosto, logo depois do fim do recesso parlamentar. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima uma perda de R\$ 13,1 bilhões com o parecer do relator e diz que prepara a divulgação de uma lista com a perda de arrecadação estimada para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, caso o texto seja mantido como está. Entre outras medidas, o parecer estabelece uma redução de 25% para 12,5% da alíquota do Imposto de Renda das empresas, com impacto sobre a receita repassada aos governos regionais. Pela Constituição, a arrecadação com o IR tem de ser compartilhada com municípios (que ficam com 24,5% da receita total) e com os Estados (que têm direito a 21,5%).

A preocupação do presidente da Câmara é de que os prefeitos, que têm uma articulação muito azeitada com os deputados federais, acabem gerando um movimento para barrar a votação às vésperas de ano eleitoral. A conversa entre Lira e Sabino, que ocorreu esta semana, já começou a dar resultados. Ontem, o relator acenou com mudanças para evitar que os prefeitos e os governadores tenham perdas com a mudança no IR. Dos R\$ 30 bilhões de perda prevista na arrecadação com a reforma, R\$ 27,4 bilhões sairão dos cofres estaduais e municipais.

Em live organizada pela CNI e pela Febraban, Sabino disse que deve incluir no projeto um dispositivo para proteger os Estados e municípios de eventuais perdas em repasses federais, uma espécie de seguro – ou “um hedge” –, para que nenhum governo tenha prejuízo com a eventual queda de arrecadação dos fundos FPE (Estados) e dos Municípios (FPM).

Além de o parecer contar com uma queda de R\$ 30 bilhões de receitas sem compensação, boa parte do corte de renúncias previsto para contrabalançar as perdas

envolve incentivos dados em tributos que não são divididos com os Estados e os municípios.

“Nós respeitamos muito o bom diálogo com o presidente da Câmara e temos de manter, mas nesse projeto, tecnicamente, constatamos que há uma perda substancial na arrecadação do fundo de participações. Não podemos concordar”, disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele se ressentiu de a entidade não ter sido chamada até agora para conversar com o relator. Ziulkoski diz que a proposta faz o contrário do que costuma pregar o ministro da Economia, Paulo Guedes, de “Menos Brasília e mais Brasil”, uma referência a uma maior repartição de recursos da União com os governos regionais. Ele sugeriu que se tributem mais os lucros e dividendos para compensar a perda com a redução do IR das empresas.

O diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), André Horta, afirma que seria fácil o relator resolver o problema. Segundo ele, bastaria transferir parte da redução que ele pretende fazer com o IR para a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas cuja arrecadação não é dividida com Estados e municípios – fica tudo com a União. Por exemplo, a alíquota atual da CSLL cairia de 9% para 5%, reposicionando o IRPJ com uma queda menor.

Horta a reversão da possibilidade de isenção de distribuição de lucros entre empresas coligadas. “Assim, se chega lá”, sugeriu. Para ele, reposicionar as alterações para a CSLL conferiria uma constitucionalidade ao projeto em dois aspectos: tanto na preservação do pacto federativo quanto do princípio da capacidade contributiva (da progressividade, ou seja, aumentar o tributo dos mais ricos). “A CSLL é um tributo não compartilhado com os demais entes, então as alterações desse tributo não ofendem o pacto federativo”, avaliou. Horta considera importante o aceno do relator porque permitiria retornar a discussão aos “trilhos da constitucionalidade”, evitando, segundo ele, discussões jurídicas posteriores de Estados e municípios que poderiam perder arrecadação.

O Comsefaz divulgou uma carta na qual diz que a reforma do IR deveria ser rejeitada. O relator respondeu com uma lista de medidas feitas durante o governo Bolsonaro que aumentaram os repasses para os governos regionais, sobretudo durante

a pandemia da covid-19. Na ocasião, Sabino disse que todos ganhariam porque a arrecadação iria aumentar mais como resultado do impacto da queda mais acentuada do imposto para as empresas.

Para Guedes, “Somos federalistas, queremos ajudar Estados e municípios, mas não pode haver abusos”, disse o ministro da Economia, ao falar sobre a resistência dos prefeitos e governadores à reforma. Segundo o ministro, a conversa com os governos regionais “não é tão suave”. “Teria sido grande equívoco entrar na tal reforma tributária ampla. Não seria aceita por 5 mil prefeitos”, disse. De acordo com ele, o apoio de governadores só teria sido conquistado ao custo da criação de um fundo de R\$ 500 bilhões para compensar Estados por eventuais perdas – um “abuso”, em sua avaliação.

## **Ministro sinaliza elevar isenção na taxaço de lucros e dividendos**

### **Broadcast**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem que aceita negociar proposta para elevar o teto de isenção na tributação de lucros e dividendos, com o objetivo de não prejudicar profissionais liberais e a classe média.

O texto da reforma do Imposto de Renda enviada pelo governo prevê a volta da taxaço com uma alíquota de 20% e um teto de isenção de R\$ 20 mil para acionistas de pequenas e médias empresas. “Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso. Queremos tributar os mais afluentes e desonerar as empresas e assalariados”, afirmou Guedes, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Essa não deve ser a única mudança na tributação de lucros e dividendos – hoje isentos de imposto. Além do aumento do teto, o relator na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao Estadão que estuda mudanças e até uma tabela progressiva (ou seja, alíquotas diferentes, a depender do valor recebido). Nesse caso, a alíquota máxima poderia ser até maior do que os 20% originalmente propostos.

Guedes voltou a dizer que a primeira versão da reforma do IR, alvo de críticas por parte do empresariado, tinha erros na calibragem de alíquotas. “Não temos compromisso com o erro”, disse ele, sugerindo que a culpa seria da equipe da Receita Federal pela proposta – segundo ele, uma “máquina treinada para arrecadar”.

O ministro voltou a insistir na ideia de criação de um imposto sobre transações, nos moldes da antiga CPMF, como forma de desonerar as empresas de encargos sobre a folha de pagamentos – que representam, na avaliação dele, uma “arma de destruição em massa de empregos”. “A hipocrisia de se esconder atrás do pobre é prática no Brasil. Foi o que aconteceu com o imposto sobre transações. Se todo mundo pagasse imposto de transação, desoneraríamos a folha.” Para ele, os encargos trabalhistas, em conjunto com o IPI, são um dos motivos da desindustrialização do Brasil.

O ministro da Economia comentou a indicação de Onyx Lorenzoni para o novo Ministério do Emprego e Previdência Social, que será recriado na reformulação do gabinete. A área, até então, estava sob o comando de Guedes, incorporada ao Ministério da Economia. Guedes disse ainda que não acredita em reação ruim do mercado à reforma ministerial.

## **Bicicletas estão em falta no mercado brasileiro**

### **O Estado de S. Paulo**

Se, por um lado, a pandemia da covid-19 fez com que a busca pelas bicicletas, por diversas razões, fosse fortemente impulsionada, o mesmo cenário trouxe uma instabilidade à produção e, conseqüentemente, à importação de componentes, que perdura até hoje, atingindo diversos mercados no mundo, inclusive o brasileiro. De acordo com a Associação Brasileira do Setor de Bicicletas, a Aliança Bike, a principal causa do desabastecimento está no fato de que a maior parte dos componentes vem da Ásia, principalmente da China, Taiwan, Malásia e Indonésia, mesmo para as bicicletas nacionais. “Esse mercado produtor não tem conseguido dar conta da demanda mundial do setor. Ainda há fábricas fechadas por causa da pandemia, além de indústrias que trabalham com mão de obra estrangeira, que estão com restrição de circulação de pessoas”, explica Giancarlo Clini, presidente da associação.

Com procura aquecida pelas bikes no mercado brasileiro, o setor segue resiliente, tentando contornar as dificuldades. “Antes, as empresas faziam seus pedidos de peças e componentes com seis meses de antecedência. Hoje, já temos fabricantes que pedem um planejamento de dois anos para a entrega”, afirma o presidente da Aliança Bike.

De acordo com Luis Felipe Monteiro Praça, country manager da Trek Brasil, fabricante de bicicletas com lojas no mundo todo, mais de 100 delas localizadas no Brasil, a falta de peças e componentes tem demandado um esforço extra de todo o setor.

Para Giancarlo Clini, presidente da Aliança Bike, ainda não é possível prever quando a situação irá se normalizar. “Não conseguimos ver mudanças no futuro próximo. A pandemia criou uma situação muito atípica, com fábricas trabalhando em sua capacidade total. E não podemos nos esquecer de que muitos locais enfrentam outras ondas de contaminação; então, temos, neste momento, fábricas fechadas novamente”, explica. Entre janeiro e maio deste ano, a importação de componentes para bicicletas atingiu US\$ 154.441.532, de acordo com dados da Aliança Bike, frente ao total de US\$ 212.728.942, em todo o ano de 2020.

Apenas como exemplo, nos cinco primeiros meses deste ano, importamos o equivalente a 73,1% de todos os quadros de bicicletas do ano anterior, 77% dos pedais e pedivelas e superamos todas as importações de luzes para bicicletas feitas em 2020. Os números revelam que, mesmo com as restrições que a falta de peças e componentes tem trazido, o setor registra aumento expressivo neste ano. Com média de dois anos para recebimento de peças, componentes e bicicletas inteiras, a maior parte desses itens importados dos países asiáticos, todo o setor tem enfrentado desafios para continuar vendendo.

Na Trek Bikes, fundada em 1975, fabricante com lojas no mundo todo e cerca de 100 pontos de venda no Brasil, o planejamento passou a ser ainda mais criterioso. “Fizemos um pedido tão grande, logo nos primeiros meses da pandemia, que a Shimano, fabricante de vários componentes, como câmbio, pedais, manoplas, e até acessórios, como luvas e roupas, nos ligou questionando se estava mesmo correto. E encomendamos as peças e componentes para os lançamentos que pretendemos fazer

em 2022, mas, se vamos conseguir receber, é outra história”, afirma Luis Felipe Monteiro Praça. De acordo com ele, mesmo assim, a empresa estima perda entre 40% e 50% das vendas, nos últimos 12 meses, no Brasil. “É uma pena, porque as pessoas no mundo todo despertaram para o estilo de vida que a bike proporciona. Dificilmente, quem passou a pedalar, seja como meio de transporte, seja para a prática esportiva ou mesmo lazer, deixará a bicicleta de lado quando a pandemia acabar”, afirma.

Na TSW Bike, marca brasileira de bicicletas que pertence ao grupo JPP, que atua com importação e exportação desde 1970, o desafio é o mesmo. A empresa utiliza, no processo de fabricação, insumos e componentes de países da Ásia como China, Taiwan, Japão e Cingapura. “Dependemos da entrega sincronizada de diversos fornecedores e, quando alguns deles não conseguem cumprir com a programação, ficamos impossibilitados de produzir a bicicleta. A falta de apenas um componente entre dezenas de outros já é o suficiente para que a nossa linha de produção fique parada, esperando para a fabricação completa do produto”, explica Rodrigo Coelho Pinto, sócio-diretor do Grupo JPP/TSW Bike.

Segundo ele, a empresa concorre com insumos que também vão a países como Estados Unidos e à Europa. “O mercado global está aquecido, e ocorre um problema de frete internacional, que atualmente está custando 600% acima do normal, além de sofrer atrasos e cancelamento de rota para alguns portos no Brasil”, afirma. O executivo, que estima perda de 40% nas vendas deste ano, afirma que a empresa conseguiu se programar com antecedência para adquirir insumos e recebe, semanalmente, embarques de diversos países, que possibilitam a fabricação de alguns modelos da marca.

## **Noruega torna-se exemplo mundial na utilização de carros elétricos**

### **O Estado de S. Paulo**

Apesar de ser grande produtora de petróleo, a Noruega sempre manteve consumo reduzido desse combustível devido a sua matriz energética. A geração hidrelétrica é a espinha dorsal do país. Para ter uma ideia, ela é o maior produtor desse

tipo de energia da Europa e a sexta do mundo. De acordo com dados divulgados pela Innovation Norway, a agência de comércio e inovação do governo da Noruega, essa “vocação” elétrica motivou o país nórdico a desenvolver ações de incentivo ao carro elétrico, já no início dos anos 1990, assunto que, só agora, 30 anos depois, começa a ganhar forma no Brasil.

Como resultado, no ano passado, pela primeira vez, as vendas de carros elétricos superaram as de veículos convencionais. Em 2020, 54,4% dos veículos vendidos por lá foram os elétricos. Foi o primeiro país do mundo a atingir essa façanha.

Os quatro veículos mais vendidos na Noruega, no último ano, foram Audi e-tron, Tesla Model 3, Volkswagen ID.3 e Nissan Leaf. No primeiro trimestre de 2021, as vendas do segmento seguem em alta, com destaque para o Tesla Model 3, que foi o modelo mais comercializado, com 2.169 unidades. No início de julho, o país atingiu uma frota total de 400 mil veículos elétricos. Em junho, nada menos que 64,7% das vendas foram de elétricos, enquanto os carros movidos a gasolina e diesel somaram, juntos, menos de 8%. O restante foi de veículos híbridos.

E a Noruega tem ambições ainda mais ousadas para os próximos anos, informa a Innovation Norway. Uma das metas é reduzir o total de suas emissões em 40%, até 2030. Para tanto, existem projetos não só de carros elétricos mas também de aviões e navios.

Em 2026, há a meta de possuir os primeiros voos elétricos e, em 2030, foi estabelecido como o início das rotas comerciais. Atualmente, 40% das embarcações elétricas no mundo já são norueguesas. O setor marítimo projeta atingir “zero emissão”, em 2050.

No setor automotivo, a Noruega planeja que, já em 2025, todos os novos automóveis vendidos ao consumidor sejam elétricos. Essa situação atual foi alcançada com uma política pública muito bem planejada, que entregou aos interessados pacotes de vantagens tentadoras na compra de um carro elétrico, despertando neles o desejo de participar do avanço da eletromobilidade norueguesa.

Entre os benefícios criados, estão isenção de impostos de importação (desde 1990), taxa rodoviária anual reduzida (desde 96), isenção de pedágio (desde 97), estacionamento municipal gratuito (desde 99), permissão para rodar nas faixas de

ônibus (desde 2005), 50% de desconto no imposto sobre veículos empresariais (desde 2000) e desconto de 25% no Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A infraestrutura de recarga vem acompanhando, com agilidade, o aumento da frota de elétricos que roda pela Noruega. Em 2005, eram menos de 5 mil pontos de recarga. No final do ano passado, já passavam de 15 mil, dando mais segurança aos usuários.

O case bem-sucedido da eletromobilidade da Noruega será um dos temas debatidos no Congresso da Mobilidade e Veículos Elétricos (C-MOVE), que acontecerá nos dias 23 e 24 de setembro. O encontro será realizado no auditório do Museu do Futebol, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

## **Programa Brasil Inteligente apresenta soluções para parcerias público-privadas**

### **O Estado de S. Paulo**

Para que existam cidades inteligentes, é necessária a mediação entre os interesses privados e os públicos, convergindo em uma parceria harmônica dos anseios políticos, sociais e corporativos. O Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) tem como missão propor uma gestão pública eficiente, buscando alternativas que viabilizem investimentos em infraestrutura e serviços de interesse da população.

A partir de 29 de julho, o IPGC, em parceria com o Connected Smart Cities & Mobility, irá lançar o Programa Brasil Inteligente, com o objetivo de transformar municípios brasileiros em smart cities. A proposta do instituto é a de buscar soluções aos setores de iluminação, energia e telecomunicações em uma única concessão administrativa, facilitando a gestão das cidades. De acordo com Leonardo Santos, fundador do IPGC, “o principal desafio para o desenvolvimento de parcerias público-privadas é a questão orçamentária dos municípios para a elaboração de projetos. O IPGC está disponibilizando um escritório de parcerias para oferecer apoio aos municípios que desejem atrair investidores das PPPS”. O programa será realizado por meio de uma série temática semanal, dividida em três blocos, transmitidos ao vivo.

O tema de abertura irá discutir infraestrutura no Brasil e o processo de estruturação das parcerias público-privadas (PPPS). O segundo bloco apresentará

soluções aos setores de iluminação pública, telecomunicações e geração de energia. Por fim, o terceiro irá exibir os processos de estruturação de PPPS para cidades e Estados inteligentes.

A finalidade do Programa Brasil Inteligente é de transformar a realidade dos municípios brasileiros, impactando positivamente na cadeia produtiva, proporcionando a integração do país em cadeias globais de valor, aumentando a eficiência do uso de recursos e o desenvolvimento de projetos em larga escala. Interessados em acompanhar a série temática devem fazer a inscrição, gratuita, pela plataforma <https://evento.connectedsmartcities.com.br>. O link de transmissão será enviado por e-mail. O tema está no contexto do evento nacional Connected Smart Cities & Mobility 2021, que acontece em setembro.

## **5 projetos que promovem acessibilidade urbana**

### **O Estado de S. Paulo**

A Lei no 10.098, sancionada em dezembro de 2000, prevê que toda a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida tenha acesso a estabelecimentos públicos. A legislação também estabelece critérios e normas para a sua promoção. No entanto, essa realidade parece distante do planejamento urbano de cidades brasileiras.

Governos federal, estadual e municipal têm responsabilidades sobre a regulação de calçadas em vias públicas. Em espaços privados, mesmo que sejam de uso público, a acessibilidade é de obrigação do proprietário.

Em ambos os casos, projetos difundidos ao redor do mundo podem inspirar mudanças em favor da igualdade do acesso. Confira alguns deles:

#### **1 Escola Estadual Votorantim, São Paulo, Brasil**

Uma reforma projetada por arquitetos do Grupo SP na Escola Estadual Votorantim, em São Paulo (SP), trouxe acessibilidade a alunos com deficiência visual. A solução encontrada foi utilizar placas podotáteis (que podem ser sentidas com os pés), além de rampa e corrimão nas áreas comuns.

#### **2 Accessmap: Washington, Estados Unidos**

Partindo do Google Maps, um estudo da Universidade de Washington (EUA) deu origem ao Accessmap. O aplicativo atualiza os mapas, em tempo real, identificando as melhores rotas para as pessoas com deficiência conforme a necessidade delas – ele já é usado em Seattle.

### **3 Sweetwater Spectrum: Califórnia, Estados Unidos**

Pessoas com transtorno do espectro autista podem ter dificuldades relacionadas à localização e à associação de informações. O desafio do projeto Sweetwater Spectrum é facilitar o acesso a esses indivíduos e melhorar a habitação deles.

Para tanto, a entidade definiu um modelo ideal de construção e design de casas que deve incluir linhas simples e claras, espaços amplos que permitem visualização completa, ruídos mínimos em áreas de ventilação, calefação, bem como redução de estímulos visuais e sensoriais com utilização de tons neutros e priorização de luz natural.

### **4 Design universal: Singapura**

Para lidar com o processo de envelhecimento populacional, o país asiático precisou estabelecer uma regulamentação para as construções, com o objetivo de permitir fácil entrada e circulação de pessoas com dificuldades na locomoção.

Entre os critérios estabelecidos estão espaços livres (sem colunas nem pilares), balcões baixos, corrimão dos dois lados em escadas, sistemas para filtragem de ruídos, sinalizações em braile, guias de acesso e indicações de fácil leitura.

### **5 Acessibilidade no transporte público: Brasil**

O transporte público urbano também merece atenção quando o assunto é o acesso igualitário a todos. No Brasil, ele foi regulamentado pela Lei de Acessibilidade. Desse modo, o Decreto no 5.296/04, publicado em 2004, determina que os ônibus fabricados depois dessa data sejam adaptados aos deficientes.

Além de propostas como essas, medidas simples como mapas e pisos táteis, placas sinalizadoras com visualização facilitada, rampas, corrimãos, guarda-corpos, barras de apoio e sanitários adaptados são caminhos para promover acesso de forma igualitária.

## A recuperação do emprego no comércio

### Broadcast

A geração de empregos formais no comércio do Estado de São Paulo não parece se dever a eventos especiais, mas a mudanças mais duradouras no cenário econômico e social. Por isso, o crescimento do nível de emprego no setor tende a se firmar e mesmo se acentuar nos próximos meses. Também no setor de serviços o aumento da ocupação dá sinais de ser um processo firme. Em maio, o comércio paulista abriu 21.388 postos de trabalho formais, de acordo com levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomerciosp). O Dia das Mães, comemorado no mês e uma das principais datas para as vendas do comércio, certamente estimulou a contratação de trabalhadores.

Mas a consolidação da reabertura do comércio, depois de uma nova temporada sujeito a operações precárias em razão do recrudescimento da pandemia nos meses anteriores, teve papel decisivo no desempenho do setor. Atividades não essenciais do comércio puderam retomar o atendimento presencial. Assim, no mês, as empresas de comércio do Estado de São Paulo contrataram 97.560 pessoas e demitiram 76.172 mil.

As três divisões do comércio abrangidas pela pesquisa – que se baseia nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia – aumentaram seu quadro de pessoal em maio. As divisões são varejo, atacado (exceto de veículos) e comércio e reparação de veículos e motos.

No varejo, a atividade que mais se destacou foi a de hipermercados e supermercados. No atacado, o segmento que mais contratou foi o comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios. No comércio de veículos, o destaque foi do varejo de autopeças.

Desde o início da pandemia, o maior número de postos de trabalho abertos pelo comércio foi registrado em novembro, por causa das vendas de fim de ano. A queda em janeiro era esperada, por causa do ajuste do pessoal das lojas usual nessa época. Mas as quedas em março e abril se deveram às restrições decorrentes da pandemia.

O quadro é de melhora nos próximos meses, segundo a Fecomerciosp. Novas vagas deverão ser abertas com o avanço da vacinação e a gradual normalização das

atividades. O consumo represado deve estimular as vendas e trazer otimismo ao comércio.

## **Disputa no mercado de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)**

### **Broadcast**

Por falar em energia... A oferta de R\$ 1,1 bilhão que o fundo Mubadala apresentará no leilão pela participação indireta de 51% que a Renova Energia tem na Brasil PCH praticamente destrava o processo de recuperação judicial da geradora. Aprovado em dezembro, o plano previa a venda de R\$ 1,7 bilhão em ativos - e a participação na Brasil PCH era o principal deles. A subsidiária administra 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que têm capacidade instalada de 148,4 megawatts (MW). Ao menos 15 potenciais compradores obtiveram informações detalhadas sobre o ativo, o que eleva a expectativa por competição no leilão.

Embora o Mubadala tenha feito proposta com ágio de 10% sobre o valor mínimo de R\$ 1 bilhão estipulado para o certame, outras companhias podem arrematar a Brasil PCH, caso superem o lance prévio apresentado pelo fundo.

## **Expansão da oferta no mercado de Gás**

### **Broadcast**

Pioneira ao instalar térmicas próximas a seus campos de gás natural, no Maranhão, a Eneva quer, além de vender sua produção, comercializar o insumo de parceiros. Uma chamada pública está aberta para atrair fornecedores, que devem entregar o produto entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024. Na outra ponta, a Eneva busca consumidores. Indústrias e distribuidoras são potenciais clientes. A empresa está disposta, até mesmo, a investir em infraestrutura para expandir a oferta de gás. A Eneva ainda não tem contratos fechados. Mas espera que empresas pequenas e médias se interessem pela estrutura de distribuição, uma vez que, até então, estavam condicionadas a vender o gás à Petrobrás. Agora, vão ter a alternativa de vender a outras companhias desse mercado.

## Maneira esperta de acabar com pisos salariais

### Broadcast

O debate sobre a fixação de pisos salariais para diferentes categorias profissionais está longe de terminar. Entre os argumentos dos que defendem seu fim estão a necessidade de desburocratizar e simplificar as relações de trabalho, deixando que as condições do mercado estabeleçam a remuneração do trabalhador, e a necessidade de fixar apenas a remuneração mínima para todos os trabalhadores, independentemente de sua formação ou qualificação. Os que querem a preservação, de sua parte, argumentam que o piso corresponde à remuneração proporcional à complexidade e à extensão do trabalho e assegura remuneração digna a profissionais de diferentes qualificações.

O que não se entende é a maneira esperta e quase sub-reptícia de acabar com o piso salarial de categorias relevantes, como fez o deputado Marco Bertaiolli em texto aprovado pela Câmara em junho. Bertaiolli foi o relator, na Câmara, da Medida Provisória (MP) n.º 1.040. A MP busca melhorar o ambiente de negócios no País, sempre mal colocado nos relatórios sobre a facilidade para a operação das empresas nos diferentes países. Para isso, a MP facilita a abertura de empresas, protege os investidores minoritários e melhora a legislação do comércio exterior.

O modo como Bertaiolli revogou o piso salarial de engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários foi de uma simplicidade comovente. No projeto de conversão da MP, ele, como relator, incluiu nas disposições finais, sem justificar, a revogação da Lei 4.950-A, de 1966. É a lei que estabelece o piso para aquelas categorias profissionais.

“Junto com o Ministério da Economia, buscamos revogar legislações que não possuíam mais sentido com a realidade”, disse ele ao Estado. “Não há justificativa para a retirada do salário mínimo desses trabalhadores”, reagiu o senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

Tendo agido de maneira discutível, o parlamentar poderia se justificar de modo mais claro respondendo a algumas perguntas. Por que o fez? Por que o fez sem discutir previamente e sem justificar o que fez? E por que o fez quando todo o País enfrenta problemas econômicos e sociais de gravidade e extensão raras vezes observadas em

muitas gerações? Categorias profissionais estão se movimentando contra o fim do piso. O Senado pode derrubar a medida.

## **Pandemia paralisa a carreira de pais**

### **THE NEW YORK TIMES**

Milhões de pais, na maior parte mães, deixaram de trabalhar porque a pandemia obrigou o fechamento de creches e escolas. Mas, para muitos que mantiveram seus empregos, as demandas com os filhos também afetaram sua atividade, embora de maneira menos visível. Eles têm trabalhado menos horas, recusaram novas atribuições, ou decidiram não aceitar uma promoção ou procurar um novo emprego.

É o que os economistas chamam de margem intensiva – o quanto as pessoas trabalham em oposição a quantos estão na ativa. E isso é mais difícil de ser quantificado nas estatísticas oficiais de emprego. Mas há evidências de que os pais que estão empregados retardaram sua carreira enquanto o retorno das creches e escolas continua prejudicado. E isso tem efeitos de curto prazo sobre sua vida profissional e de longo prazo sobre suas carreiras, segundo uma pesquisa, porque os empregadores dos Estados Unidos costumam penalizar as pessoas que trabalham menos do que costuma ser o seu pleno rendimento.

Na Bay Area, onde vive, algumas escolas ficaram fechadas no ano passado, e sua abertura neste último trimestre não está garantida. “Estou aqui sentada inserindo dados e sei que, com minha formação e experiência, poderia estar na mesa onde decisões são tomadas”, afirmou. “Isso foi um choque para o meu ego. Mas também para minha profissão porque sou boa no tocante à tomada de decisões estratégicas.”

Pesquisa realizada pela Mourning Consult para o The New York Times durante o ano escolar, das 468 mães que trabalham fora e responderam à pesquisa, um terço respondeu ter trabalhado menos horas durante a pandemia para cuidar dos filhos e um quinto passou a trabalhar em meio período. Segundo a pesquisa, 28% recusaram novas responsabilidades no emprego, 23% não se candidataram a um novo trabalho e 16% não buscaram uma promoção. O Census Bureau – agência americana de pesquisas estatísticas – realiza pesquisas com as famílias semanalmente. No último registro, cobrindo de 23 de junho a cinco de julho, 26% das pessoas inquiridas com filhos

impossibilitados de ir à creche ou à escola por causa da pandemia disseram que um adulto na casa teve de reduzir as horas de trabalho pagas na última semana por causa do problema. Um quarto pediu demissão para cuidar das crianças, e um quinto usou ausências remuneradas, como férias, para se ocupar da família.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar				
	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
<b>Força de trabalho (mil)</b>	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
<b>Fora da Força de trabalho (mil)</b>	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP